

“Crise(s) Agrária(s) na Etrúria Meridional: modelos e indícios”

José Ernesto Moura Knust¹

Boa parte da historiografia do século passado que se dedicou à História Agrária da Itália Romana caracterizou o período de conquista romana como uma História de Crise e Transição de padrão fundiário. Isto é, segundo a tese clássica de Crise do Campesinato, o período de expansão do poder romano sobre a Itália seria marcado por um processo de crise do campesinato italiano. Por um lado, esta crise estaria relacionada aos constantes conflitos na Itália (em especial à invasão de Aníbal na Segunda Guerra Púnica) e aos maciços alistamentos militares a que os camponeses eram submetidos neste período, que teriam arruinado a economia camponesa². Esta percepção é derivada, fundamentalmente, de certas passagens de *As Guerras Civis* de Apiano e das biografias dos irmãos Graco em *Vidas Paralelas* de Plutarco:

A população de homens livres diminuía, oprimidos pela miséria, pelas contribuições e pelo serviço militar. (...)

Apiano, *Guerras Civis*, I.7

Os pobres afirmavam que estavam sendo reduzidos à extrema miséria, que esta penúria os impedia de ter filhos porque eram incapazes de criá-los.

Apiano, *Guerras Civis*, I.10

Os pobres, assim espoliados, não se empenharam em fazer o serviço militar e se descuidaram até de criar filhos. Deste modo, a Itália logo se viu na iminência de se despovoar de homens livres.

Plutarco, *Tibério*, VIII.3

Segundo este modelo de Crise, ao mesmo tempo em que arruinava o campesinato, a expansão imperial enriquecia a aristocracia romana, que pode realizar grandes investimentos na aquisição de terras e na compra de escravos – que acabaram substituindo os camponeses na produção agrícola.

Uma das consequências mais importantes dessa crise do campesinato, a partir disso, teria sido uma mudança no padrão fundiário italiano. O antigo padrão do período protorrepúblico, baseado em pequenas propriedades familiares camponesas, teria sido substituído pelo “sistema da

¹ Mestre e Doutorando em História no PPGH-UFF sob orientação da professora Dra. Sônia Regina Rebel de Araújo. Bolsista do CNPq. Membro do Niep-Prék.

² TOYNBEE, A. *Hannibal's Legacy*. Oxford, 1965; HOPKINS, K.. *Conquerors and Slaves*. Sociological studies in Roman History, Volume 1. Cambridge University Press, 1978.

uilla”, que consistia em propriedades aristocráticas de tamanho mediano cuja produção era baseada no trabalho escravo e voltada para a comercialização³.

A região da Etrúria Meridional, imediatamente ao norte da cidade de Roma, teria sido um dos centros deste processo. Com acesso privilegiado ao centro de poder, esta região teria sido alvo prioritário da expansão do poder fundiário da Aristocracia romana. Reforçaria esta percepção uma famosa passagem da biografia de Tibério Graco escrita por Plutarco:

Seu irmão Gaio escreveu em um panfleto que foi no momento em que Tibério atravessava a Etrúria, em direção à Numância, vendo o despovoamento da região, e vendo que os pastores e agricultores da região eram escravos bárbaros, que ele concebeu pela primeira vez uma iniciativa que acabaria por causar tantos problemas aos dois irmãos.

Plutarco, *Tibério*, VIII.7

Nas últimas décadas, a tese de Crise do Campesinato tem sofrido diversas críticas que apontam para o fato de o campesinato ter se mantido como o grupo social mais numeroso da sociedade romana. Neste processo de revisão historiográfica, a arqueologia desempenhou um papel primordial. A técnica dos *field surveys*, desenvolvida a partir da década de 60, permitiu aos arqueólogos uma visualização mais complexa e diversificada de sítios arqueológicos rurais, abandonando a exclusividade de escavação de sítios arqueológicos luxuosos e de grande porte.

Neste processo, a região da antiga Etrúria Meridional teve papel destacado. O projeto pioneiro deste tipo foi realizado pela *British School at Rome* nessa região. O primeiro dado indicado pelo *South Etruria Survey* foi o constante crescimento do adensamento da ocupação do campo ao longo de toda a história republicana. Contestava-se, assim, diretamente a ideia de “campo deserto” derivada de fontes literárias citadas acima. Utilizando a presença de diferentes tipos de cerâmicas para datar a ocupação dos sítios entre diferentes períodos, os pesquisadores britânicos puderam determinar o grau de continuidade da ocupação dos sítios e o desenvolvimento da ocupação do campo nas diferentes áreas da região. Apesar de algumas singularidades locais, identificou-se um padrão geral de grande continuidade de ocupação dos sítios e de grande densidade de ocupação do campo⁴.

³ Andrea Carandini, “Sviluppo e Crisi delle manufature rurali e urbane”. In: Andrea Giardina e Aldo Schiavone (eds.), *Società Romana e Produzione Schiavistica*, vol.2: Mercè, Mercati e Scambi nel Mediterraneo. Bari: Laterza, 1981, p.251-253

⁴ POTTER, T. *The Changing Landscape of South Etruria*. Londres: Paul Elek, 1979, p.96.

Tabela 1 – Número de sítios arqueológicos rurais na Etrúria Meridional datados entre V a.C. e I d.C. (*South Etruria Survey*)

Fonte: T.W. Potter, *Changing Landscape of South Etruria*, p.125 e 145.

<i>Região</i>	<i>Período IV</i> <i>(séculos V-IV a.C.)</i>	<i>Período V</i> <i>(séculos III-I a.C.)</i>	<i>Período VI</i> <i>(30 a.C.- século I d.C.)</i>
<i>Ager Veientanus</i>	127	242	327
<i>Ager Faliscus</i>	104	142	207
<i>Ager Capenas</i>	22	90	100
Área de Sutri	1	32	50

Outro dado importante levantado pelo projeto britânico a contestar as imagens construídas pela tese tradicional de crise do campesinato foi a grande proporção de sítios arqueológicos identificados como pequenas propriedades camponesas. Os pesquisadores dividiram os sítios em três categorias:

1. Sítios com apenas poucos restos de materiais de construção e cerâmica, bastantes dispersos por um espaço não muito amplo (poucas centenas de metros quadrados) foram classificados como resquícios de barracas ou cabanas, interpretados como refúgios de pastores, pequenas estruturas subsidiárias de outros sítios maiores ou como resquícios de pequenas e bastante modestas propriedades camponesas.
2. Sítios com uma concentração maior de vestígios espalhados por uma área um pouco maior (até dois mil metros quadrados) e que, muitas vezes, possuem resquícios de construções de pequena escala, foram interpretados como indícios de pequenas propriedades camponesas.
3. Por fim, os sítios onde foi possível identificar a vestígios de grandes construções atestando certo luxo foram interpretados como *uillae*⁵.

Dentro da imagem tradicional de crise do campesinato, esperaríamos uma expansão significativa do número de sítios do terceiro tipo concomitante a uma diminuição do número de sítios de segundo tipo. Porém, o *South Etruria Survey* identificou um padrão bastante diferente: a expansão do número de edifícios rurais de grande magnitude e luxuosos integra-se em um contexto de continua intensificação da ocupação do campo, iniciado ainda na idade do bronze italiana, e do qual as pequenas propriedades camponesas não só fazem parte como são protagonistas⁶.

⁵ *Ibidem*, p.122.

⁶ VALLAT, J. P. “Les structures agraires de l’Italie républicaine”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v.42, nº1, 1987, p.204.

A região da Etrúria Meridional que conhece maior expansão dos grandes sítios é, não por acaso, a região mais próxima a Roma, o *Ager Veientanus*: dos 242 sítios datados para o período republicano, 86 são identificados como *uillae*. Se essa proporção de apenas um terço dos sítios identificados como *uillae* pode nos surpreender frente às expectativas geradas pela tese de crise do campesinato, a realidade de regiões da Etrúria Meridional mais distantes da capital são ainda mais significativas: apenas 22% dos sítios no *Ager Faliscus* e apenas 13% na região de Sutri⁷.

Esta análise promovida pela *British School at Rome* não ficou imune a críticas. Uma crítica importante às conclusões do *South Etruria Survey* remete aos problemas de datação a partir da cerâmica (ao menos como feita originalmente pelo projeto), pois rotula em uma única fase cronológica sítios dos séculos III a.C., II a.C. e I a.C., o que impede a visualização da evolução da ocupação rural justamente no momento chave de transição identificado pela tese tradicional⁸.

Esse problema foi enfrentado por um novo projeto da *British School at Rome* para a região, o *Tiber Valley Project*. Buscaram-se elementos que permitissem uma datação mais restrita para os sítios, o que permitiu uma reavaliação do próprio levantamento anterior, possibilitando a análise mais detalhada da evolução da ocupação rural. Mesmo que não tenha sido possível datar todos os sítios a partir destes novos elementos, o maior detalhamento da datação da maior parte dos sítios permitiu uma reavaliação fundamental dos dados da Etrúria Meridional, pois permitiu aos pesquisadores identificar, justamente, transformações importantes dentro do período que no *South Etruria Project* estava unificado sob o rótulo “período V, séculos III-I a.C.”.

A partir destes novos dados, a arqueóloga Helga Di Giuseppe foi capaz de propor uma releitura da interpretação do *South Etruria Survey*, mesmo que mantendo elementos importantes de crítica à tese tradicional da crise do campesinato, na qual podemos identificar informações bastante relevantes sobre o período entre os séculos III e I a.C.

⁷ POTTER, T. *The changing landscape of South Etruria*, *op.cit.*, p.123.

⁸ GUARINELLO, N. *Ruínas de uma Paisagem*. Arqueologia das casas de fazenda da Itália Antiga (VIII a.C.-II d.C.). São Paulo: PPGAS-USP (Tese de Doutorado), 1993, p.114.

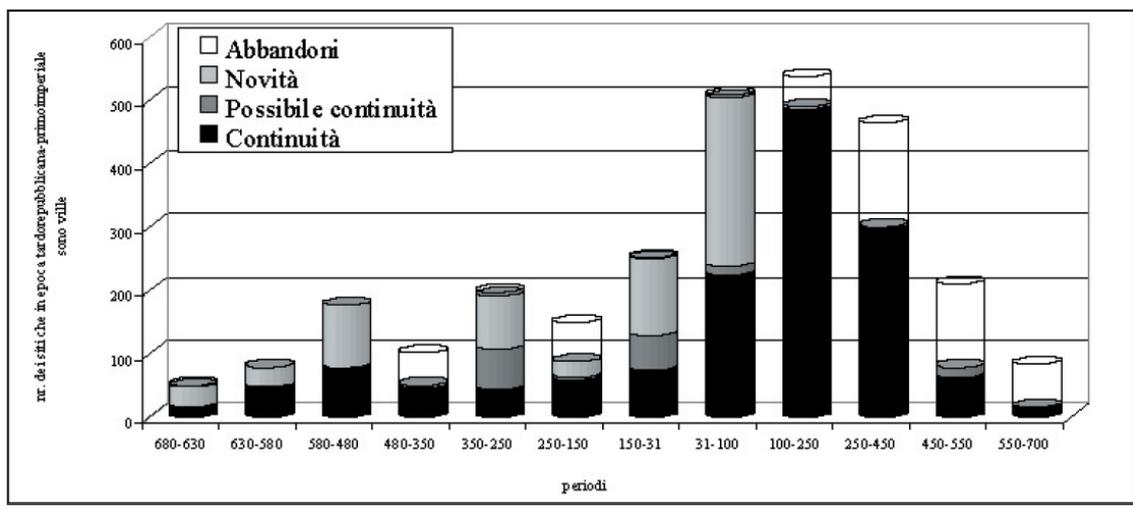


Figura 1 - Continuidade e Abandono dos sítios identificados como *Villae* (Tiber Valley Project)

Fonte: Helga Di Giuseppe, “*Villae, villulae e fattorie nella Media Valle del Tevere*”, p.5

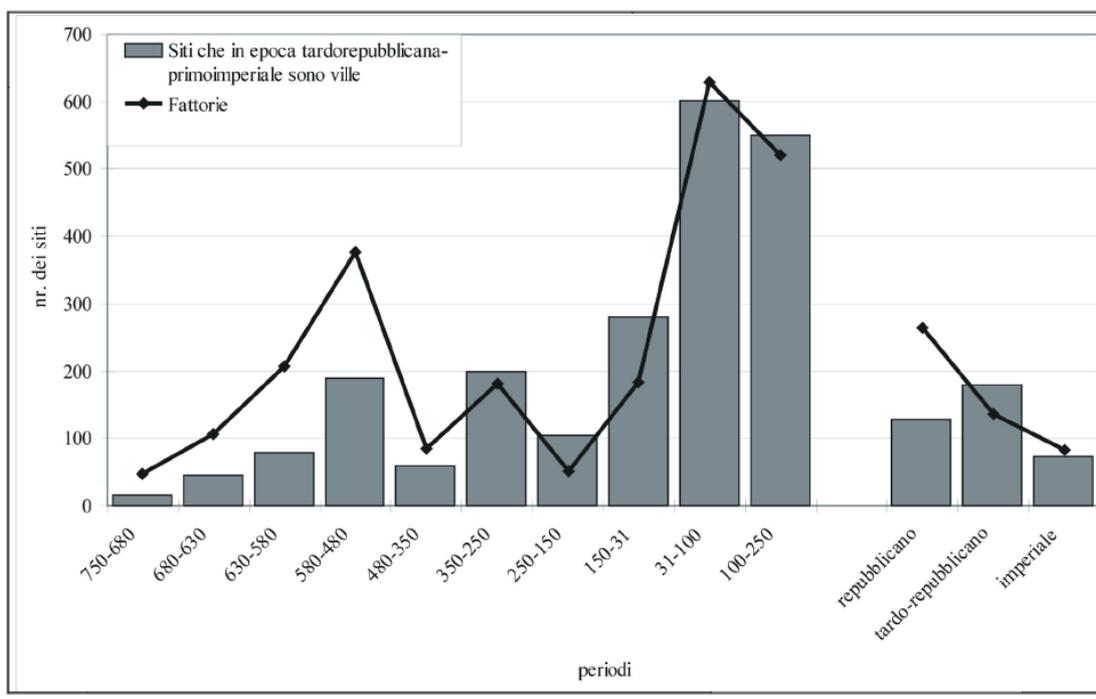


Figura 2 - Comparação entre o número de *Villae* e de Pequenas Fazendas (Tiber Valley Project)

Fonte: Helga Di Giuseppe, “*Villae, villulae e fattorie nella Media Valle del Tevere*”, p.6

No período entre 350 a.C. – 250 a.C., identifica-se uma intensificação da ocupação rural na região da Etrúria Meridional. Segundo Di Giuseppe, o surgimento de um novo tipo de estrutura arquitetônica, bastante articulado, com torres de observação, pequenos santuários domésticos e fornos, atestado para outras regiões da Itália neste período, provavelmente se repetia na Etrúria Meridional – entre os sítios do terceiro tipo, identificados como grandes e luxuosos edifícios rurais.

Esse tipo arquitetônico, genericamente, foi identificado com a *uilla* catoniana, porém ainda não se trata do modelo arquitetônico das grandes *uillae* que se estabelecerão no século I a.C.⁹.

Di Giuseppe ressalta o fato de este ser o momento em que o Estado romano passou a conceder a posse de lotes de 50 *iugera* de *ager publicus* (terra do estado) para romanos abastados, especialmente senadores, que pagavam uma taxa pela utilização deste terreno, o *vectigal*. Segundo a autora, esta distribuição de lotes de 50 *iugera* estimulou a expansão de sítios do tipo mais rico, atestada nos dados arqueológicos¹⁰. De qualquer forma, mantêm-se uma tendência que pode ser atestada em todos os períodos para esta região: as expansões na ocupação do campo combinam o aumento do número dos sítios maiores com o das pequenas propriedades, isto é, essas grandes propriedades não se expandiram sobre antigas pequenas propriedades.

Contudo, o período entre a segunda metade do século III a.C. e a primeira metade do século II a.C. (250 a.C. – 150 a.C.) registra uma queda abrupta do número de sítios. Este é um dos dados mais importantes deste novo projeto, por contrariar diretamente uma crítica feita à tese tradicional a partir do *South Etruria Survey*. A datação mais detalhada dos sítios no novo projeto permite justamente avaliar como o campo na Etrúria Meridional se comportou durante a invasão de Aníbal na II Guerra Púnica e nas vésperas da tentativa de Reforma dos Irmãos Graco.

Os dados corroboram, em certo aspecto, a interpretação tradicional, indo contra as críticas feitas a partir do primeiro levantamento. O número de sítios não só cai consideravelmente nesse momento, de mais de 400 para cerca de 200, como essa queda se concentra nos sítios de pequenas propriedades, de cerca de 200 para bem menos de 100, mesmo que haja uma queda importante nos sítios de *uillae*, de cerca de 200 para cerca de 100. Por outro lado, há de se ressaltar o fato de que o decréscimo é apenas mais concentrado nos sítios de pequenas propriedades, e não exclusivo deles. Assim, não há uma crise da pequena propriedade acompanhada por simultânea expansão das *uillae*, como poderia esperar o modelo tradicional.

Ademais, existe outro dado importante do *Tiber Valley Project* que corrobora em algum nível a imagem tradicional de crise do campesinato: o fato de a inicial predominância das pequenas propriedades nos momentos de expansão da ocupação rural, constatada para o período pré-romano, ser, aos poucos, substituída por uma predominância dos sítios mais ricos¹¹. Se no período pré-romano a maior parte do adensamento da ocupação do campo se devia às pequenas

⁹ DI GIUSEPPE, Helga. “Villae, villullae e fattorie nella Media Valle Del Tevere”. In: Barbro Santillo Frizell e Allan Klynne (Eds.). *Roman Villas around the urbs*. Interaction with landscape and environment. Roma: The Swedish Institute in Rome, Projects and Seminars 2, 2005, p.9.

¹⁰ *Ibidem*, p.12.

¹¹ *Ibidem*, p.14.

propriedades, nos séculos seguintes os sítios de propriedades mais ricas vão, aos poucos, assumindo o protagonismo nesses períodos de expansão.

Por outro lado, no período posterior a esta crise do século II a.C., quando identificamos uma expansão sem precedentes da ocupação do solo, com um nível assombroso de novos sítios, novamente temos o padrão de concomitância entre a expansão de sítios de *uillae* com os sítios de pequenas propriedades – isto é, não há, de fato, uma substituição de pequenas propriedades por grandes propriedades, mas um adensamento extremo da ocupação do campo perpetrado por grandes e pequenas propriedades que convivem lado a lado.

A ênfase nessas informações quantitativas produzidas pelos *surveys* na Etrúria Meridional desempenhou um papel importante para repensar a questão da existência de crise(s) agrária(s) na Etrúria Meridional. Contudo, elas devem ser tratadas com certos cuidados. Para além dos problemas de datação que indicamos acima, existe um problema bastante sério com a classificação dos sítios. A identificação automática dos pequenos sítios como pequenas propriedades camponesas e dos grandes como *uillae* têm sido bastante criticada.

Por um lado, defensores da tese tradicional propuseram uma reinterpretação dos pequenos sítios, identificando aqueles mais próximos aos grandes sítios como estruturas dependentes destes, mantendo assim a noção de um processo de concentração fundiária¹². Por outro lado, entusiastas da crítica à tese tradicional também criticaram a distinção proposta, acusando-a de ser feita a reboque das fontes literárias sobre o período gracano e defendendo a existência de uma variação maior de estruturas agrárias convivendo no campo italiano¹³ – a interpretação dos dados arqueológicos precisaria levar em consideração que sociedades camponesas normalmente possuem hierarquias internas importantes¹⁴.

De qualquer maneira, ainda que aceitemos a tipologia dos sítios proposta pela *British School at Rome*, certas questões ainda precisam ser levadas em consideração para o estudo das transformações na estrutura agrária da Etrúria Meridional (e da Itália romana de maneira geral). Uma primeira questão é que a identificação de uma grande taxa de estabilidade das construções rurais não significa automaticamente um período de estabilidade na realidade agrária dessa região.

Um rápido exemplo pode nos mostrar isso claramente. No contexto das proscricções do Segundo Triunvirato, Cícero acusa, na Segunda Filípica, Marco Antônio de ter se apropriado indevidamente de uma *uilla* em Cassino pertencente a Marco Terêncio Varrão (Cícero, *Filípicas II*,

¹² VALLAT, J. “Les structures agraires de l’Italie républicaine”, *op.cit.*, p.182; GUARINELLO, N. *Ruínas de uma paisagem*, *op.cit.*, p.114, n.8.

¹³ RATHBONE, D. “The Italian countryside and the Gracchan crisis”. *JACT Review*, 13, 1993, p.19.

¹⁴ *Idem*. “The development of agriculture in *Ager Cosanus* during the Roman Republic: Problems of evidence and interpretation”. *The Journal of Roman Studies*, vol.71, 1981, p.21.

XL.103-XLI.104). Se tivéssemos o registro arqueológico dessa propriedade, provavelmente nenhum dado da cultura material seria capaz de nos permitir a identificação dessa expropriação, dando-nos a impressão de estabilidade na questão agrária da região. É possível que a aparência de estabilidade na ocupação do solo na Etrúria Meridional em certos períodos encubra este mesmo tipo de realidade instável.

A usurpação de uma propriedade de um grande aristocrata por outro pode parecer um fato pouco relevante para o problema que pretendo analisar, por aparentemente não interferir no quadro geral da concentração fundiária. Contudo, isso é falso. Um dos possíveis desenvolvimentos no quadro agrário italiano do final da República é justamente a formação de patrimônios fundiários gigantescos, espalhados por toda a Itália, pela nata da elite senatorial (seja de origem romana ou italiana) em prejuízo de parte das elites locais¹⁵.

Um bom exemplo disso pode ser encontrado em outro discurso de Cícero, o *Pro Roscio Amerino*. Trata-se da defesa por parte de Cícero do filho de um importante cidadão de Améria, ao norte da Etrúria, acusado de parricídio. Cícero tenta provar que, na verdade, a acusação de parricídio faz parte do plano de usurpação das propriedades do pai de Róscio por seus rivais locais, Róscio Capitônio e Róscio Magno, mancomunados com um importante senador romano, aliado próximo de Sila, de nome Crisógono. Este incluiu o pai de Róscio Amerino na lista de proscritos, mesmo sendo este partidário de Sila, comprou estes bens em leilão e dividiu-os com Capitônio e Magno. A acusação contra Róscio Amerino pretendia retirar de circulação um possível reclamante desses bens. O que percebemos neste caso é justamente um processo de concentração de propriedades na mão de parte da elite romana e italiana em prejuízo a outra parte da elite local.

O contraste entre os dados do *Tibber Valley Project* e as informações das fontes literárias sobre o período das proscições de Sila deixa clara a realidade de instabilidade agrária em um momento em que há pouco registro de recuo na ocupação do solo. Segundo os dados compilados por Di Giuseppe, há pouquíssimo abandono de sítios na Etrúria Meridional no período entre 150 e 31 a.C., o que nos faria imaginar uma realidade agrária bastante estável e tranquila ao longo desse período. Porém, as fontes literárias deixam bem clara a existência de setores camponeses na Etrúria insatisfeitos com as proscições de Sila, ocorridas na década de 80 a.C., que aderem à Conspiração de Catilina, cerca de duas décadas depois, no intuito de recuperarem suas terras. Aparentemente, os despojados por Sila formaram um dos contingentes mais substanciais nas fileiras de Catilina na Etrúria.

¹⁵ *Ibidem*.

Diante de tudo isso, é importante não nos deixarmos enganar por aparências de estabilidade na ocupação do solo como indício de estabilidade na realidade agrária da Etrúria Meridional.

Um segundo problema é a forma como esses dados arqueológicos têm sido interpretados no tocante à relação entre as propriedades. Mesmo que a interpretação que identifica sítios menores com pequenas propriedades camponesas estiver correta, não podemos inferir disso que esses camponeses viviam completamente à parte da realidade das grandes propriedades. Mesmo que não tenha significado o fim ou mesmo a diminuição das pequenas propriedades, a expansão das grandes propriedades pode muito bem ter interferido no cotidiano da vida camponesa. Acredito que é justamente essa imagem que podemos identificar a partir de algumas fontes literárias.

Apesar de a *uilla* ser um tipo de propriedade rural normalmente identificado com o trabalho escravo, acredito que é possível afirmar sem qualquer receio que o trabalho sazonal extra, como nas colheitas, era recrutado entre o campesinato vizinho à *uilla*. Uma passagem do tratado sobre a Agricultura de Catão deixa isso bastante claro:

Seja bom para teus vizinhos; não permitas que os de casa lhes façam mal. Se a vizinhança conviver contigo de bom grado, venderás o que te pertence com maior facilidade, darás de empreitada com maior facilidade e contratarás trabalhadores com maior facilidade; se construíres, contribuirão com trabalho, animais de carga e material para a construção; se algo acontecer (oxalá nada aconteça), irão proteger-te de boa vontade.

Catão, *De Agri Cultura*, IV.1

Percebe-se que as relações de trabalho são apenas uma parte do conjunto das relações sociais da *uilla* com o campesinato vizinho. Isto mostra que a vizinhança não é só o local de obtenção de trabalho, mas um importante local para a circulação da produção da propriedade e para o estabelecimento de relações de clientela importantes para a expansão do poder do proprietário.

Isso pode ser exemplificado a partir de outro discurso de Cícero, o *Pro Milone*. Para defender Milão da acusação de ter planejado uma emboscada para matar Clódio, Cícero destaca o fato de que o encontro entre os dois inimigos que resultou na morte deste por aquele ter se dado em frente à propriedade “suburbana” de Clódio. Cícero afirma que seria uma loucura de Milão planejar matar Clódio próximo a sua propriedade, porque este poderia reunir facilmente mil homens naquele lugar (Cícero, *Pro Milone*, XX.53).

Mesmo que reconheçamos uma hipérbole neste número dado por Cícero, me parece equivocado imaginar que Cícero se refere aqui exclusivamente aos trabalhadores fixos, escravos ou não, da propriedade de Clódio. Provavelmente Cícero se refere nessa passagem a um uso real

daquele preceito estabelecido por Catão em seu tratado: a necessidade de uma boa relação com os vizinhos para garantir, entre outras coisas, a proteção destes em alguma eventualidade sinistra.

Desta forma, acredito ser importante pensar que o desenvolvimento das *uillae* tenha sido um fator de dinamização de novos tipos de relações entre as elites romana e italiana e os campesinatos locais, na Etrúria Meridional e em outras regiões da Itália. Seguindo as ideias de Phillipe Leveau, podemos afirmar que a *uilla* é um instrumento de poder de uma elite urbana sobre o campo, com a qual ela consegue reorganizar a realidade agrária local em seu benefício¹⁶.

É verdade, por outro lado, que essa centralidade da *uilla* como elemento transformador das realidades agrárias locais na Itália romana, que é tributária da tese tradicional de Crise do Campesinato, precisa ser relativizada. Outras formas de interferência das elites sobre a realidade local, como a implementação de colônias e de centuriacões, e formas de arrendamento da terra possivelmente também desempenharam papéis relevantes nas transformações da realidade agrária italiana.

Em conclusão, deve-se reconhecer que o modelo tradicional de Crise do Campesinato provia um modelo geral e uma “grande narrativa” que dava conta de explicar todos os principais processos históricos que se identificavam para o período tardo-republicano (tentativa de Reforma dos Gracos, expansão da escravidão, transformações no exército, ascensão de grandes generais e as guerras civis, etc.). As críticas das últimas décadas (provenientes não apenas da Arqueologia, mas também da Demografia Histórica, entre outros) foram capazes de mostrar limites e incongruências importantes nesse modelo tradicional, mas ainda não foram capazes de prover novos modelos – esta é uma área bastante aberta para novas contribuições, na qual pretendo inserir os esforços da minha pesquisa.

¹⁶ Phillipe Leveau, “La ville antique et l’organisation de l’espace rural: villa, ville, village”. *Annales E.S.C.*, vol.38, n.4, 1983, p.921-924.